

1 Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada na data
2 de 16 de Junho de 2021 às 19h30 nas dependências do Auditório do Paço Municipal – 1º andar. Com a
3 presença dos seguintes membros, no Segmento Gestores, Sr. Moacir Paludetto Junior – Titular - SEMUS;
4 Heloisa Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa; Segmento de Trabalhadores, Srs. Eucir Antônio
5 Zanatta – Titular – SINDSaúde, Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS; no Segmento de Usuários
6 os Srs (as), Maria Madalena Carneiro – Suplente – Ong Olha D' Água, Marcos Antonio de Oliveira –
7 Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais, Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses
8 Guimarães, Francisco Robério Peres da Cunha – Titular – Pastoral da Criança, Durvalino de Almeida Filho –
9 Suplente – Pastoral da Criança, Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Entidade Religiosa Ilé Àse Ti
10 Tóbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu, Andre Luiz de Oliveira – Suplente – AIABA e Maria de Fátima Grego – Titular –
11 UAMMA. O Presidente do CMS Eucir Antônio Zanatta, deu início a presente Reunião fazendo lembrança
12 aos Conselheiros que devido a Plenária ser gravada, seria necessário que as manifestações destes fossem
13 realizadas em tom audível para posterior de gravação, frisando também que a lista de presença da Reunião
14 Ordinária nº 293 ocorrida no dia anterior através de vídeo plenária já constava no local para assinatura,
15 assim como a lista da presente Reunião. Faz referência as Atas de Nº 288, 291 e 292, que foram enviadas
16 previamente para os Conselheiros, passando por aprovação na Plenária nº 293, e que quem esteve
17 presente possa assiná-las ao final da Reunião. Ato contínuo, o Presidente Zanatta aborda sobre os itens de
18 Pauta, mencionando que realizará a citação dos informes, e que referente ao 3º assunto elencado das
19 Discussões sobre o Plano de Saúde, houve o chamamento através da Profissional da SEMUS para
20 elaboração do Plano Municipal de Saúde 2022 /2025, sendo imprescindível a análise do Plano atual, bem
21 como o resgate das propostas da última Conferência, e das necessidades trazidas pelos setores técnicos
22 envolvidos, coloca que foi executado a adequação deste em 2020, onde houve a introdução da questão do
23 COVID, por força da Pandemia, sendo submetido ao CMS com aprovação. Com prosseguimento da palavra
24 o Presidente Zanatta cita sobre o 4º assunto de Pauta das Contratualizações Hospitalares, que envolve
25 questões do COVID já emanadas anteriormente, bem como sobre a vacinação, do credenciamento, das
26 áreas de atenção sobre o Prestador Santa Casa abordada em última Plenária presencial, e que desta forma
27 possam ser apropriadas as informações, para o desenvolvimento de propostas e ações por parte do
28 Conselho, com possível apresentação após das atividades executadas pelas Comissões. Nesta ocasião, o
29 Presidente abre aos Conselheiros a oportunidade de inclusão de pontos de Pauta, como informações,
30 atividades que identifiquem que possam ser desenvolvidas, em complemento as ações realizadas até o
31 momento pelo CMS, e que a Conselheira Madalena expressou algumas dúvidas de ordem assistencial, no
32 qual poderia ser respondidas ao final da Reunião. Em continuidade o Presidente faz a leitura dos seguintes
33 informes: Item 01 – Resolução 002/2021 – AD REFERENDUM - Inclusão de Pacientes Oncológicos e os
34 que possuem Neoplasias Hematológicas acima de 18 anos como prioridade na vacinação COVID-19; Item
35 02 – Resolução SESA Nº 287/2021 – Informações sobre o repasse de recursos aos Municípios, e cita os
36 Ofícios Encaminhados – Nº 14/2021 – Secretaria-Executiva - Nomeação Srs. (as) Heloisa Toledo Volpato –
37 Titular Irmandade Santa Casa; Luiz Claudio Pereira da Silva – Suplente – SISPAMAS; Maria de Fátima
38 Grego – Titular – UAMMA; Nº 15/2021 – SEMUS – Aquisição de um novo Notebook para o CMS, conforme
39 Plenária Nº 292; Nº 16/2021 – SEMAD – Solicitação para orientações do DP de Licitação à COMFIN para o
40 Relatório GEPATRIA; Nº 17/2021 – SEFIN – Solicitação para orientação e detalhamento referente ao
41 Relatório de Gestão e Aprovação de Contas Anuais; Nº 18/2021 – 16º Regional - Solicitação acerca da
42 Assistência ao COVID, realizada da Irmandade Santa Casa de Arapongas; Nº 19/2021 – Irmandade Santa
43 Casa de Arapongas – Solicitação de informações acerca da Assistência ao COVID; Nº 20/2021 – Secretaria
44 Executiva - Publicação das Resoluções Ano/2019; Nº 21 e 22/2021 – SEMUS e Gabinete - Substituição do
45 Veículo do CMS; Nº 23 / 2021 – Secretaria Executiva – Nomeação do Sr. Jhonathan Cataneo Liberato
46 (Segmento de Trabalhadores) e Durvalino de Almeida Filho (Segmento de Usuários); Nº 24/ 2021 – 16º
47 Regional de Saúde - Atividades em conjunto com o Conselho; Nº 25 / 2021 – Valdecir Pardini - Convite para
48 apresentação dos Relatórios em Plenária futura. Faz referência dos Ofícios Recebidos – Nº 137/2021 –
49 SEMUS – Inclusão de Pacientes Oncológicos e os que possuem Neoplasias Hematológicas acima de 18
50 anos como prioridade na vacinação COVID-19; Nº 111/2021 – 16º Regional de Saúde – Resposta ao Ofício
51 nº18/2021 com informações sobre o atendimento ao COVID-19 realizado pela Instituição Hospitalar
52 Irmandade Santa Casa de Arapongas, sobre este documento o Presidente faz a leitura, e menciona que o
53 Conselho está aguardando retorno também da Santa Casa, ao que a Conselheira Heloísa afirma que já
54 protocolou o Ofício resposta, e o Presidente informa que o mesmo ainda não chegou por meio físico. Cita os
55 Ofícios Nº 046/2021 – SIMEPAR – Indicação representante suplente Sr. Jhonatan Cataneo Liberato; Nº
56 036/2021 – Licitação – Resposta ao Ofício Nº16/2021 com agendamento para COMFIN e Nº 78/21 –
57 Câmara Municipal - Questionamentos referente a atual situação da Pandemia COVID-19 no Município de
58 Arapongas. Com encerramento dos informes o Presidente reitera o assunto das Discussões do Plano de
59 Saúde, menciona que foi encaminhado aos Conselheiros o Plano Municipal, a Programação Anual de
60 Saúde 2021, o Relatório Anual de Gestão – RAG, assim como o DigSus e que identifica que o Conselho
61 precisará verificar como realizará uma ação junto com a SEMUS, para participar sobre a questão do Plano
62 Municipal, abre a discussão ao Plenário, ao que a Conselheira Ìyálòrísá Joilda sugere a execução de
63 Reuniões pré agendadas com parte das paridades de segmentos, pois entende que é de interesse de todas

64 as esferas de representações dentro do Conselho Municipal de Saúde, não sendo especificamente
65 representantes de Comissões, e sim o Conselho como um todo, e os que obtiverem interesse com reuniões
66 pré agendadas com o Secretário Municipal de Saúde e outras pessoas que estejam na atuação, na
67 alimentação deste Relatório. O Presidente então questiona ao Conselheiro Moacir quanto a Programação
68 Anual 2022 – 2025 que a profissional Sra. Clara está realizando, e se este acredita que haverá um tempo de
69 um a dois meses para o desenvolvimento dessa atividade, ao que o Conselheiro Moacir afirma
70 positivamente. O Presidente então expõe que devido não ser uma urgência, mas uma necessidade
71 importante ao CMS, pois cada um dos Conselheiros em representação a sua Entidade tem algumas
72 questões que quer levantar, a sugestão então da Presidência é que cada um possa se apropriar do Plano,
73 dentro do que já foi visto, fazendo marcações para posteriormente ser agendado uma Reunião para
74 discussão e tratar do Plano de Saúde, com possibilidade de fazer de duas formas, ou marcar uma Reunião
75 com membros do Conselho, sem necessidade de ser formado uma Comissão, pois já tem duas Comissões
76 com alguns objetivos já extensos, e que o Conselheiro Robério está encontrando algumas dificuldades para
77 conseguir reunir o grupo, para desenvolver algumas atividades, como a questão de fiscalização que estava
78 realizando, assim como retomar os processos que estavam em andamento, a exemplo da questão da
79 denúncia da HONPAR que ficou de retornar, sendo preciso ir ao MP para se apropriar do assunto
80 novamente, o Termo de Convênio da Irmandade Santa Casa, que novamente teve um período de transe no
81 início do ano com o Município, mas que com este instrumento que está assinado, possa ser feito a análise,
82 a realização de visita, a constatação da Área de Atenção, e que cabe a Comissão de Fiscalização,
83 ressaltando que havendo dificuldades possa ser solicitado ao CMS, aos Conselheiros, com possibilidades
84 de executar em conjunto com as áreas técnicas da SEMUS, como a Vigilância Sanitária e Auditória. O
85 Presidente Zanatta coloca como segunda sugestão, que seja agendado com a profissional Sra. Clara, para
86 que esta compareça no Auditório do Paço Municipal, para participar da reunião juntamente com o grupo que
87 estiver reunido, para assim ser traçado um perfil de trabalho, indagando ao Conselheiro se poderia ser
88 dessa forma, e a Conselheira Iyalórisá Jolda confirma, mencionando que conforme o Plano Municipal de
89 Saúde identificou muitos pontos que podem ser melhorados, levando em consideração as deliberações
90 ocorridas na última Conferência, ao que o Presidente Zanatta explana que será realizado através da
91 Secretaria Executiva do CMS um chamamento dos Conselheiros que tiverem interesse, fazendo uma ponte
92 com a SEMUS Sra. Clara para a questão do Plano. Ato contínuo, o Presidente Zanatta inicia o 4º ponto de
93 Pauta, das Contratualizações Hospitalares, relatando que como já cito, as atividades estão paradas, coloca
94 também que a COMFIN se ateu a duas questões primordiais, sendo deliberado sobre o GEPATRIA e o
95 CMS se apropriar das orientações quanto aos processos licitatórios e a reunião junto ao Setor de
96 Contabilidade, para que possa se melhor orientar sobre as planilhas que o Secretário Municipal de Saúde
97 tem apresentado junto aos Relatório de Gestão Quadrimestrais e o Relatório de Gestão Anual. Faz
98 referência sobre a COMTEFIS que tem questões da Área Assistencial, no qual está composta pelos
99 Conselheiros (as), Robério, Marcos, Aline, Márcia, Geisiane e Alecsandro, e que faz o chamamento para
100 estes realizarem uma agenda. Desta forma, o Conselheiro Robério relata que na última Reunião de 2020
101 ficou acordado para as Entidades passarem uma relação, e que houve o recebimento dos contratos e que
102 acha muito importante verificar quanto ao Relatório Anual, especificamente sobre a Pandemia, abordando
103 uma situação quanto ao paciente confirmado de COVID saindo da Unidade de Pronto Atendimento – UPA
104 com os medicamentos dipirona e ibuprofeno, e que há todo um relatório que determina as ações que o
105 Município estaria tomando, e que o de 2018 – 2021 já poderia ser feito um levantamento e saber o que está
106 acontecendo, porque não está sendo seguido o cronograma que o Município colocou, porque cada Médico
107 está com a sua autonomia, mas que existe um protocolo, no qual não está sendo seguido a nível Municipal,
108 e que acredita que a Comissão precisa de uma pessoa mais técnica para fazer o enfrentamento em relação
109 a questão do COVID, sendo o mais essencial, tanto a Santa Casa para verificar o espaço, que conforme
110 estão fazendo o atendimento ao COVID será verificado, e se este atendimento, o fluxo não está gerando
111 mal maior, pois sabe que o Hospital João de Freitas fechou uma Área de atendimento de
112 Urgência/Emergência por conta de um surto. Perante esta articulação, o Presidente Zanatta pontua que
113 que já foi mencionado outrora pela Mesa Diretiva, também resgatando junto as Comissões, de que o
114 Conselho é pouco efetivo ao se reunir apenas uma vez ao mês, por duas horas e tentado arbitrar os
115 destinos da Saúde do Município, fazendo críticas, interrogações, questionamentos, não vivenciando, não
116 tecendo um critério próprio, pois só se vincula a troca de informação, e por esse motivo está sendo
117 promovido maior mobilização, participando da Mesa para que discipem esta responsabilidade dos ombros
118 da Mesa ou do Presidente apenas, porque há toda uma demanda quanto a isso, e questiona por exemplo
119 sobre processos que estão parados. Salienta que não foi deliberado sobre o Convênio da Santa Casa com
120 o Município, estando atrasado, e que poderia ser executado por Videoconferência, presencial, da forma que
121 for conveniente, mas que seja avaliado o documento, se propondo em realizar visita ao Hospital, porque
122 diante das respostas em relação a Assistência ao COVID, somadas da 16º Regional de Saúde do Paraná, e
123 da Irmandade Santa Casa, poderá ser feito uma constatação, sendo uma proposta para esta demanda do
124 COVID, que referente ao Convênio foi recebido muitas críticas sobre a Área de Atenção Materno Infantil,
125 sendo preciso dar provimento quanto a esse assunto, com a possibilidade desses temas serem tratados
126 separadamente, para assim ser fechado os eixos, com grande atraso também nas Contratualizações

127 Hospitalares, que foi questionada, cobrada pelo CMS, no qual houve o recebimento, mas está parada. Com
128 a palavra o Presidente aborda sobre as questões da Vacina, no qual fora solicitado um expediente em que
129 houve o recebimento de primeiro momento da listagem da Irmandade Santa Casa, estando ainda no
130 aguardo das listagens da HONPAR e da SEMUS, sendo que estas são referentes ao ano de 2020, quando
131 começou a vacinação, pois atualmente existe o registro digital dessas informações. Coloca também que
132 quando se refere as Contratualizações, que é HONPAR e Santa Casa para com Estado, e Santa Casa para
133 com Município está dentro das atividades das Comissões, e pede sugestões dos Conselheiros, ao que a
134 Conselheira Maria Madalena fala em concordância para haver investigação, podendo se ter a certeza do
135 que está ocorrendo. O Presidente Zanatta explana que houve uma denúncia no CMS, nesta semana, a qual
136 ainda não está formalizada, e por esse motivo não há demanda, e sim uma notícia, sobre a cobrança de
137 paciente com diagnóstico de COVID, que ao procurar diretamente o Hospital, estando em internação, que
138 o HONPAR informou a este paciente que teria uma área de internação particular, e outra para SUS, e que
139 acredita que a Secretaria de Estado está fiscalizando quanto o credenciamento. Com prosseguimento da
140 palavra o Presidente pede para os Conselheiros observarem que a resposta do Estado não é evasiva,
141 porém deixa claro que os hospitais tem credenciamento, tem atendimento público e privado, frisa que foi
142 ofertado leito SUS COVID e a Santa Casa fez a opção por não credenciar, e acha que é exemplar, pois a
143 Santa Casa realmente não tinha condições de ter credenciamento para COVID, pois não tem estrutura
144 física, e ressalta que hoje está sendo questionado são esses esses poucos internamentos que estão
145 acontecendo lá, que estão internando possivelmente conforme foi falado dentro da mesma UTI que os
146 outros, e aborda que está aguardando a resposta, podendo manifestar-se após o recebimento da resposta.
147 A Conselheira Iyálòrisá Joilda pede a palavra colocando que seria uma sugestão das Comissões estarem
148 trabalhando também em conjunto e atualizar as Contratualizações Hospitalares, e que a COMFIN tem
149 acesso hoje das contratualizações passadas e muitas mudanças ocorreram com a COVID, o aumento de
150 leitos no início da Pandemia, o número de leitos que era ofertado pelo SUS, e o número que está sendo
151 ofertado atualmente, pois envolve tanto a questão financeira quanto também a de fiscalização, se está
152 sendo de fato respeitado, e o Conselheiro Robério questiona se a colocação seria referente ao HONPAR, e
153 a Conselheira Iyálòrisá Joilda afirma que sim. Ato contínuo, Conselheira Maria Madalena indaga qual seria a
154 diferença do particular com o SUS, ao que o Presidente Zanatta responde que em tese não há diferença,
155 mas que a diferença é o poder aquisitivo, o poder ficar, primeiramente sendo uma questão de hotelaria
156 diferenciada, segundo ponto insumo, uma medicação que o SUS não cobre, e é difícil na área hospitalar
157 falar em medicação que o SUS não cobre, porque o SUS não aceita a condição que tem algum
158 medicamento que não possa ser usado. O Conselheiro Robério então menciona uma situação de paciente
159 que tomou uma medicação no valor de R\$30.000,00 na HONPAR, no qual foi comprada por uma “vaquinha”
160 social, e o Presidente Zanatta expõe que diante destas questões, só aprimorando não tendo como notícia,
161 ou como demanda pelo interessado ao Conselho, porque o CMS precisa se apropriar dessa questão, ter
162 discernimento e eventualmente ser o promotor da ação junto ao Ministério Público, mas que este não é o
163 único canal, pois o primeiro canal é que diante das demandas geradas pela notícia de fato, pela constatação
164 por parte do Conselho é a oferta à SEMUS, à Secretaria de Estado e a quem de direito, ao Ministério
165 Público ao Ministério da Saúde, mas para isso precisa ter uma situação criada, não podendo ser apenas
166 uma especulação, e que também teve informação sobre cobrança de pacientes lá dentro, tanto para o
167 particular quanto para internação em UTI e que causa estranheza pensar que um paciente vai para UTI de
168 forma particular, pois se há uma UTI pública direcionada para aquilo, no qual há muito recurso direcionado
169 pelo Governo, e é difícil entender essa conjuntura, mas que a situação é uma, pois esta sendo falado de
170 Hospital Empresa e não de Hospital Público, e os dois apesar da Filantropia são Hospitais Empresa, e que
171 não há dúvida sobre isso, porque a Filantropia é uma qualificativa que essas Instituições ganharam pela
172 legislação brasileira que dá a oportunidade deles ingressarem em recursos públicos que não apenas o
173 ressarcimento por Serviço prestado. O Presidente continua expondo que teve como notícia que a HONPAR
174 receberá o valor de 8 milhões do Governo Estadual, 3 milhões do Governo Federal, e que esta é uma
175 qualificativa para se tornar filantrópico, e que cabe ao Conselho questões de recebimento, o
176 credenciamento de um novo serviço, a construção de um hospital novo, porque o CMS precisa se apropriar,
177 por estar dentro da lei, e coloca que ou não está sendo operacionalizado da forma que deveria, e o Sistema
178 Gestor Estadual também não está agregando o valor que deveria ao Conselho. Complementa a fala
179 mencionando que o Estado não questionou, não gerou demanda alguma ao Conselho aos Serviços que
180 estão sendo habilitados, credenciados, assim como o Prestador não gerou e o que está sendo feito é uma
181 auto crítica, mas que ao criar uma Filantropia é necessário passar pelo Conselho, que o Conselho precisou
182 autorizar, e na lei informa que é preciso, autorizar e credenciar tudo. De acordo com o exposto o
183 Conselheiro Sérgio menciona que é preciso verificar sobre a Comissão de Fiscalização, quem faz parte, que
184 poderia refazer essa Comissão de Fiscalização principalmente, e quem quiser participar da fiscalização para
185 ir até o local, pois não é apenas o COVID, e que se está havendo essas cobranças tem que ser fiscalizado,
186 porque esse poder de fiscalização o Conselho pode a qualquer momento, e em qualquer Instituição, e
187 ressalta a fala do Presidente Zanatta que há alguns anos atrás houve um Governo que foi preso no Paraná
188 do Sr. Beto Richa, que na época que enviou alguns milhões para custear a HONPAR e que agora está
189 novamente o Governo do Estado jogando dinheiro público em uma Instituição que é pública e privada, cita

190 que é preciso estar atentos a isso, porque assim como tem ofertado esse dinheiro, pode estar ofertando
191 para outras Instituições também que necessitam. O Conselheiro Sérgio finaliza a fala frisando que gostaria
192 de estar formalizado, e refazer ou rever essas Comissões, e se estiver oportuno que gostaria de participar,
193 que há algumas áreas que tem um pouco de conhecimento, e junto aos demais Conselheiros que fazem
194 parte dessa Comissão ir a campo fiscalizar. Ato contínuo o Presidente Zanatta faz a leitura do Regimento,
195 Caput II, Art. 3º, Incisos I, IX, XVII, ; entre outras atividades o acompanhamento, avaliação e fiscalização
196 dos serviços de Saúde, e se reporta ao Conselheiro Sérgio afirmando não ser preciso alterar as Comissões,
197 mas sim ativar e efetivar suas ações, que realizou uma proposta a Conselheira Iyalórisá Joilda, pois houve
198 uma transição que aconteceu frente ao Conselheiro Durval, pois estava como relator de Comissão, e que
199 atualmente está a Conselheira Iyalórisá Joilda. Que anteriormente abriu mão de ficar na relatoria da
200 COMETI, que já discutiu com a Conselheira Iyalórisá Joilda, pois precisará ser revisto essa questão. Cita
201 que no dia da constituição das Comissões haviam apenas 09 membros presentes, e que se repetiram
202 pessoas em duas Comissões diferentes, que o Conselheiro Antonio Magro abriu mão de uma Comissão
203 para entrar outra pessoa, e também colocou a Conselheira Suplente Aline Tassiara para participar da
204 COMTEFIS pois estava encontrando dificuldades em participar. Que o Conselheiro Robério também abriu
205 mão de um espaço, porque estava em duas Comissões para permanecer na COMETI, e que acredita que é
206 preciso fazer é que se há alguém que não está participando, como a Conselheira Iyalórisá Joilda que já tem
207 uma questão levantada que na COMFIN, onde há apenas 03 Conselheiras que estão participando
208 ativamente e desenvolvendo as atividades, e quanto as demais a Comissão noticiará ao Conselho quanto
209 as dificuldades que estão encontrando com esses representantes e substituí-los ingressando com outros.
210 Que uma vez que quebra a paridade da conformação, não haveria necessidade mais, que o que a
211 Comissão tem é que legitimada pelo Plenário, desenvolver trabalhos, e se reporta ao Conselheiro Sérgio
212 que como está com interesse de participar, poderá ingressar na Comissão, e se estiver alguém que não
213 está participando poderá entrar no lugar, ou então entrar como mais um membro do Conselho. Solicita ao
214 Conselheiro Robério para traçar junto a Secretária uma agenda, e expõe que sabe das dificuldades que os
215 Conselheiros tem pelo ato do trabalho durante o dia, mas que de repente poderia reunir-se às 18h30 no
216 Auditório do Paço Municipal mesmo, ao que o Conselheiro Robério questiona se é permitido fazer ações
217 junto aos hospitais fora do horário comercial, e o Presidente Zanatta responde que se for feito um ato junto
218 aos hospitais, que seja em horário normal, a menos que tenha um evento que indique que é preciso fazer
219 algo em horário diverso. A Conselheira Iyalórisá Joilda indaga se as principais atividades das Comissões
220 poderão ser realizadas fora do horário das 18h00, e o Presidente Zanatta afirma positivamente sobre as
221 atividades internas da Comissão, e menciona que está no aguardo dos Ofícios N°02/2021 – SEMUS –
222 expediente da COMFIN, solicitando relação de identificação dos Prestadores credenciados/ Conveniados ao
223 SUS; especificação dos procedimentos constantes da Tabela SIGTAP, bem como as quantidades e valores
224 contratados mensal, e apuração dos procedimentos pagos e as respectivas quantidades faturadas por BPA
225 de acordo com a programação SIA – SUS; do Ofício N°04/2021 – SEMUS – Listas de Vacinação; do Ofício
226 09/2021 – SINDSAÚDE – Indicação de Suplente; do Ofício 10/2021 – COREN – Indicação de Suplente e do
227 Ofício N°19/2021 – Santa Casa – Informações acerca da Assistência ao COVID oferecida pela Instituição
228 Hospitalar, sendo esses os expedientes do CMS. O Presidente Zanatta aborda que será preciso definir as
229 ações do Conselho e das Comissões, que o Plano de Saúde foi definido, e as Contratualizações ficaram
230 dependendo da agenda das Comissões e abre o último ponto de Pauta referente ao COVID. O Conselheiro
231 Robério reporta-se ao Conselheiro Moacir e relata que houve uma situação ocorrida há dois dias de um
232 paciente aguardando a ambulância, e que sabe que o SAMU estava com uma grande demanda de
233 atendimento ao COVID, e que todo mundo tem acompanhado essa situação, e foi levantado que o SIATE
234 não estava atendendo, e que todos os atendimentos ficavam por conta do SAMU, e que gostaria que o
235 Conselheiro Moacir juntamente com o Prefeito entrasse em contato com o Corpo de Bombeiros, porque é
236 um braço que é essencial agora para o Município diante de toda essa situação que está acontecendo. O
237 Conselheiro Moacir responde que o SIATE foi acionado e se deslocou até o local, e de vez em quando essa
238 situação acontece, que conversou com o Sargento responsável pelo Bombeiro informalmente e com o
239 Coordenador de Enfermagem do SAMU. O Presidente Zanatta coloca que essa semana teve a situação que
240 na sexta feira haviam 13 pacientes na UPA internados e na HONPAR, observou através do relatório que
241 tinham leitos de enfermaria, que na última Reunião presencial essa demanda foi gerada e a resposta do
242 representante da HONPAR foi que eles não fazem a regulação dos leitos e que então começa o
243 questionamento, se eles não fazem a regulação dos leitos, quem faz, para COVID não tem uma central de
244 leitos, não é Urgência e Emergência, e ressalta que no seu entendimento não é a regulação do Estado,
245 quem está regulando os leitos de entrada em UTI, ainda a UTI pode ser, mas enfermaria não, porque a
246 central de leitos não faz a regulação, que o que está sendo falado é de pacientes de leitos de enfermaria,
247 que não são de UTI, e que estavam na UPA, e quem faz a regulação é a própria UPA, pois é esta que
248 recebe paciente e encaminha ao hospital, mas aí vai mandar para o Pronto Socorro ou mediante solicitação
249 que precisa de vaga para internação, aborda que são as duas situações que identifica, primeiro oo telefone
250 na mão de um médico procurando transferência para o Pronto Socorro, ou para internação, e que há uma
251 dissonância, pois tinha vaga e leito. Dessa forma, o Conselheiro Moacir menciona que tem acontecido
252 devido ao COVID, da escassez de leitos, que há um privilégio de ter um Hospital no Município, mas ao

253 mesmo tempo não temos o privilégio de ter portas abertas, que a regulação depende do SAMU, e o SAMU
254 consequentemente do Estado, da Central de Regulação havendo indicação de queda na ocupação de
255 leitos, e que tem a impressão que há um descompasso entre a ocupação e a informação ao final do dia. O
256 Conselheiro Moacir acrescenta quanto a informação de pacientes particulares internados com diagnóstico
257 de COVID, e que 50% de todos os casos positivos internados são de Arapongas, e não de outras
258 localidades. Cita sobre o Lar São Vicente de Paulo - Instituição de Abrigo aos Idosos, relatando da
259 ocorrência de casos testados positivo para COVID, das morbidades e óbitos, diante de pacientes e também
260 de funcionários daquela Instituição, e sendo estabelecidas as prioridades para acompanhamento, e que
261 toda aquela população já foram vacinados. A Conselheira Madalena faz relato sobre caso de paciente
262 acometido de COVID, e que o familiar tendo diagnóstico negativo para COVID foi negado atendimento em
263 Unidade Básica, e que observa que a Unidade de Saúde não está atendendo mais ninguém, encaminhando
264 todos pacientes ao SAMU, ao que novamente o Secretário de Saúde, Conselheiro Moacir citando de
265 intercorrências no atendimento também de outros pacientes, relata sobre as Unidades de Atenção e das
266 alterações para tipificação das portas de entrada do 24 Horas Alberto Esper Kallas, das 03 Unidades 18
267 Horas, da UPA adulto, da UPA Infantil, e da inclusão da área destinada ao Laboratório. Na continuidade o
268 Conselheiro Moacir afirma que na busca de melhoria da Atenção Básica estão sendo realizadas as
269 tratativas para andamentos da construção de 02 Unidades, sendo uma no Palmares e outra no Petrópolis,
270 que com isso terá a possibilidade de separar no Palmares a Atenção Básica do PSF, da área hoje ocupada
271 junto aos 18 Horas, também está sendo iniciada o processo licitatório para a obra da Unidade de Saúde
272 Ulisses Guimarães com recursos do Governo do Estado do Paraná, assim como a do Campinho, finalizando
273 que serão 03 Unidades com recursos do Estado, e duas outras por locação com recursos próprios. Cita das
274 adequações na Bebê Clínica Odontológica e futuramente trará esse detalhamento, reitera da importância
275 para um Ponto para Coleta de Sangue, havendo diversas interlocuções por parte dos Conselheiros Robério,
276 Madalena e Iyálòrisá Joilda. O Conselheiro Robério solicita a palavra fazendo questionamento ao
277 Conselheiro Moacir acerca da Terceirização do 24 Horas Alberto Esper Kallas, e do início de suas
278 atividades, tendo como resposta que essas se iniciaram em Março de 2021, e que já se iniciaram os
279 acompanhamentos dos Relatório de Prestação de Serviço, que logicamente houveram algumas
280 dificuldades, e que quadrimestralmente ou trimestralmente onde a própria Instituição fará a Apresentação da
281 Prestação de Serviço, que também será enviada ao Tribunal de Contas através do SIT, e afirma que seria
282 interessante um representante da OSS Humaniza pudesse comparecer ao Conselho para uma
283 Apresentação e o Presidente Zanatta faz lembrança da existência dos fiscais de contrato que fazem parte
284 da Comissão de Acompanhamento desse processo e da execução de serviço. O Conselheiro Moacir afirma
285 tratar-se de uma modalidade nova na Gestão e que já as questões que envolvem valores e financiamento
286 estas devem ser apresentadas pelo Prestador e pela Contabilidade, que no primeiro momento teve um
287 feedback negativo das demandas, e que esta está oscilando, que são 02 profissionais médicos atendendo
288 nas 24 Horas, mas que vê positivamente a sua operacionalização. Foi citado pelo Presidente Zanatta das
289 demandas geradas pela Mesa e Secretaria Executiva ainda não contempladas pela Secretaria de Saúde,
290 referente a Vacinação COVID e de demanda da Comissão de Finanças quanto aos Prestadores de Serviço
291 ao Município. A Conselheira Iyálòrisá Joilda solicita que essas listas sejam atualizadas, ao que o Presidente
292 cita da prioridade das primeiras listas e que contemplem os profissionais assim como das discussões sobre
293 os acadêmicos presentes junto ao Setor Hospitalar, temas esses já discutidos em Plenárias, e que o
294 Conselho não pode querer pleitear, fiscalizar as listas de vacinados da população, citando que fomos
295 oficiados pela Secretaria de Estado da Saúde como os responsáveis pela fiscalização dos andamentos de
296 vacinação, e cessão das vacinas aos profissionais da Saúde. O Secretário de Saúde Moacir esclarece
297 quanto a informação também transitada pelo Ministério Público quanto a vacinação de idosos que
298 eventualmente já teriam ido a óbito, colocando que na verdade ocorreu um equívoco por parte da pessoa
299 responsável pela digitação, a qual salvo engano registrou 08 nomes equivocadamente de listas de idosos
300 onde a equipe fez busca ativa para vacinação residencial, porém existindo óbitos de idosos, os quais ainda
301 não haviam sido dado baixa no IPM, inclusive citando um caso de homônimo. Foi também discutido entre os
302 Conselheiros da dificuldade que existe para o policiamento da indicação de vacina feita pelos diversos
303 profissionais médicos, também dos diferentes protocolos praticados para tratamento de casos suspeitos, e
304 que houve inclusive politização sobre a Pandemia, sendo citado pelos Conselheiros Zanatta e Moacir das
305 divergências existentes dentro da própria sociedade médica brasileira entre outras, e da autonomia de
306 médico para a Clínica Médica, o Conselheiro Sérgio Azevedo diz com referência ao tratamento precoce, diz
307 que foi estabelecido os dois lados, entre seguidores e opositores do Governo Jair Bolsonaro. A Conselheira
308 Iyálòrisá Joilda questiona sobre uma nova divisão de área ocorrida junto a sua Unidade de Saúde, e que
309 acredita que a demanda populacional ficou maior, uma vez que não ingressaram novos Agentes junto a
310 Unidade Básica de Saúde do São Bento, solicitando que esta deveria estar com a equipe completa, também
311 que já estamos há 1 ano e 02 meses da Pandemia solicitando informações acerca da Atenção
312 principalmente aos pacientes de Média Complexidade eletivos; se realmente os Serviços estão funcionando,
313 pois inclusive tem informação que os Especialistas não estão atendendo, citando a Oftalmologia. O
314 Secretário de Saúde Moacir refere que especificamente a Área de Oftalmologia tem apresentando restrições
315 para atendimento, principalmente de casos cirúrgicos os quais anteriormente eram referenciados via TFD

316 para Campo Largo, porém agora sido atendidos pelo Oftalom, que também há uma porta se abrindo junto
317 ao Serviço de Oftalmologia da HONPAR, que nosso Serviço é atendido aqui em Araongas ou através do
318 CISVIR, e que com referência a este Consórcio não existe mais intenção de abandonar o CISVIR como
319 anteriormente havia sido veiculado, pelo contrário havendo uma necessidade de se ampliar a área existente
320 para ofertas de serviços pelo CISVSIR em Araongas, eventualmente como um novo imóvel. E há também
321 a necessidade de ampliação de Atenção em Saúde Mental, e tendo ainda orientado quanto as ações para o
322 redirecionamento de áreas e das adequações das equipes da região do São Bento. A Conselheira Madalena
323 referente ao repasse de recursos do Governo Federal para a Pandemia COVID, questiona se houve
324 repasse do valor de R\$600,00 para cada funcionário da Saúde, fato este confirmado pelo Conselheiro
325 Moacir. O Presidente Zanatta solicita a palavra fazendo menção ao Conselheiro Antonio Martins, registra da
326 perda de um seu irmão por COVID, e desta forma da encerramento a reunião agradecendo novamente a
327 todos os que participaram desta Plenária a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes –
328 Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em 06 de Julho de 2021
329 lavramos a presenta Ata.